

Famílias carenciadas só deverão receber dinheiro dos manuais perto do Natal

Educação
Clara Viana

Ministério já autorizou pagamentos, mas o processo vai demorar ainda algumas semanas

Só mais perto do Natal é que o dinheiro devido pelos manuais escolares chegará às famílias dos alunos com direito a Acção Social Escolar (ASE). A previsão é do presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAE), Filinto Lima.

Na quarta-feira, 16 de Novembro, após o *Diário de Notícias* ter divulga-

do que estes pagamentos estavam em atraso, o Ministério da Educação garantiu ao PÚBLICO que as verbas para o efeito já tinham sido libertadas. O que não quer dizer, porém, que o caso fique resolvido de um dia para o outro, segundo Filinto Lima.

A autorização para as escolas requererem as verbas em atraso chegou apteontem aos estabelecimentos de ensino, que agora terão de as pedir ao Instituto de Gestão Financeira da Educação. Pela experiência de anos anteriores, Filinto Lima sabe que este é um processo prolongado. Daí a sua previsão de que só perto do Natal será restituído o dinheiro que as famílias carenciadas já avançaram para a compra dos manuais escolares.

A ASE destina-se a agregados familiares com um rendimento igual ou inferior ao do salário mínimo nacional. A percentagem de alunos abrangidos por este apoio (destinado a pagar as refeições e o material escolar, incluindo os manuais) varia de ciclo de ensino para ciclo de ensino (vai de 48%, no 2.º ciclo do básico, a 30%, no secundário, segundo o relatório *Estado da Educação 2015* do Conselho Nacional de Educação). As verbas variam ainda consoante os agregados estejam no escalão A (o mais carenciado) ou no escalão B.

O atraso no pagamento dos manuais às famílias dos alunos com ASE não é uma novidade deste ano. “Há coisas que se repetem de ano para ano na Educação e esta é uma delas,

bem como os atrasos nos pagamentos do Programa Operacional Capital Humano [verbas comunitárias] aos cursos profissionais e vocacionais, entre outras”, explicita Filinto Lima. E acrescenta: “O que desejávamos



O apoio da Acção Social Escolar destina-se a pagar refeições e o material de ensino, incluindo os manuais

deste ministro é que acabasse com esta situação.”

Actualmente, já são mais de 40% os alunos que frequentam os cursos profissionais. O Governo quer

eleva este valor para 50%. Mas os atrasos nos pagamentos às escolas, lembra Filinto Lima, levam a que estas fiquem impossibilitadas de pagar aos alunos do profissional aquilo a que têm direito por lei: subsídio de alimentação, passe de transportes e bolsas de estágio.

Nas escolas profissionais privadas esta situação provoca também atrasos nos pagamentos de professores e funcionários, o que já não acontece no ensino público, porque estas verbas são garantidas pelo Orçamento de Estado. Em resposta ao PÚBLICO, o Ministério da Educação disse que prevê que a situação fique regularizada “nas próximas semanas”.

cviana@publico.pt